

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

BREVE ANÁLISE DA SIGLA LGBTQIA+ PARA UM PLANEJAMENTO URBANO INSURGENTE

Adha Nirvana Cabral Aranha, Luiz Carlos Andrade de Aquino, Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali.

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, adhaaranha@gmail.com, aquino@univap.br, papali@univap.br.

Resumo

Por meio dos conceitos de identidade, diferença e planejamento urbano insurgente se tece uma reflexão sobre as subjetividades das comunidades que são aglutinadas na sigla LGBTQIA+, tocando em questões dialéticas entre o alcance de direitos historicamente negados que se dá de forma imperativa aos dissidentes de orientação sexual e identidade de gênero e a possibilidade de planejar um urbanismo que contemple humanos heterogêneos. Fomenta-se a inclusão da diversidade, rumo a um planejamento urbano humano que acolha a necessidade de emancipação das opressões (cis)heteronormativas. Utiliza-se o método qualitativo de cunho bibliográfico para a construção da pesquisa. Ao final, compreende-se a necessidade de atenção às distintas subjetividades de uma população heterogênea, exercitando práticas decoloniais de planejamento urbano de forma a contemplar a criatividade, a corporeidade e a humanidade dos sujeitos.

Palavras-chave: Identidade. Dissidência cis heteronormativa. Planejamento Urbano Insurgente.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas. Planejamento Urbano e Regional.

Introdução

O artigo é produto de pesquisa em andamento que se debruça epistemologicamente sobre a análise da população LGBTQIA+ e direito à cidade no contexto do planejamento urbano, em que seja possível idear outras realidades não opressivas. Desta forma, articula-se diálogos entre conceitos e os sujeitos que se condensam na sigla LGBTQIA+ em resistência às violações que estes grupos são expostos. Há portanto, uma preocupação com a (in)visibilidade destes atores que enfrentam algumas fronteiras para consumação dos seus direitos humanos, sociais e políticos, pois detêm vulnerabilidades em comum, mas, também, distintas.

Utilizando os conceitos de identidade trabalhado por Stuart Hall (2011) e o conceito de diferença, abordado antagonicamente entre as autoras Avtar Brah (2023), Audre Lorde (2021) e Facchini (2023), busca-se uma reflexão em torno das distintas identidades da sigla LGBTQIA+ diante da possibilidade de um planejamento urbano insurgente que reconhece a disputa dos vários centros de poder. Utilizando, ainda, breve narrativa histórica do movimento identificado atualmente como LGBTQIA+ por Trevisan (2018) e Facchini (2023), o que contribui para o entendimento das tensões geradas pelas diferenças do grupo, sugere-se um olhar que, por meio da diferença, acolha realmente a diversidade.

Durante o século XX, o planejamento urbano foi orientado por filosofias que normalizaram as dominações coloniais e liberais, centralizando suas teorias na lógica do capitalismo assim como do patrimonialismo, considerando os sujeitos de forma objetificada, paralela e desimportante, conforme aponta Miraftab (2023).

Ademais, não se pode perder de vista que a coletividade entre os grupos que compõe a sigla analisada não é algo inato, posto que foi construído por circunstâncias históricas e atravessamentos de experiências em uma relação social. Por esta razão, tocar neste processo histórico aprofunda em certa medida o olhar para as demandas desses sujeitos. Visto que são raras as vezes que se adentra nas questões mais profundas que afetam tais sujeitos, este artigo propõe o ensaio em tal mergulho.

Não se intenciona nesta reflexão reforçar simplesmente a distinção. Em outras palavras, o artigo busca refletir se as vulnerabilidades que atravessam os sujeitos em seus grupos (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexos, assexuais e outros mais) requerem que sejam

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

compreendidas categoricamente entre si ou se a condição coletiva de todos estes grupos coopera de forma mais vantajosa com a resistência à normatividade na dimensão do planejamento urbano insurgente.

Metodologia

O desenvolvimento da pesquisa se deu pelo método qualitativo suportado por referencial teórico que coopera na interpretação dos conceitos permeados pela identificação de autores que abordam as temáticas de identidade, diferença, história do movimento LGBTQIA+ no Brasil e sobre planejamento urbano insurgente. Foram feitos fichamentos de alguns dos conceitos elaborados por Halbwachs (1990), Stuart Hall (2011) e Audre Lorde (2021), localizando João Silvério Trevisan (2018) e Regina Facchini (2023) para narrar historicamente o movimento LGBTQIAP+ desde sua fundação no Brasil, entrelaçando ponderações feitas por Paul B. Preciado (2022), Joseli Maria Silva (2023) e outros autores, equacionando algumas destas discussões em torno do planejamento urbano.

Resultados

O movimento homossexual brasileiro organizou-se em luta contra a homofobia sofrida em comum pelos sujeitos dissidentes de orientação sexual, bem como por conta da necessidade de coletivizar os indivíduos para uma militância conjunta, nacionalmente reconhecida, estimulada pelo enfrentamento à ditadura militar no Brasil, bem como por questões concernentes à epidemia do HIV/AIDS. O movimento se institucionalizou por meio de organizações não governamentais, acolheu demandas acerca das homossexualidades e, posteriormente, se preocupou com temáticas da diversidade sexual e identidade de gênero, para pleitear acesso aos direitos básicos que eram e ainda são negados aos que subvertem o padrão (FACCHINI, 2023).

No início dos anos 90, o movimento era descrito como Movimento Homossexual Brasileiro (MHM) e, em 1993, passou a se descrever como Movimento de Gays e Lésbicas (MGL). Em 1995 se reconfigura para Movimento GLT (gays, lésbicas e travestis) e, em 1999 se denomina GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros). Estas alterações eram consideradas estratégias de visibilização dos segmentos dos grupos, todavia, reconstituem memórias do movimento que auxiliam na compreensão de suas especificidades (FACCHINI, 2023).

O primeiro dossiê sobre lesbocídio no Brasil levantou dados entre 2014 e 2017 de homicídios de mulheres lésbicas, indicando um total de 126 assassinatos contabilizados no país, com perfil de mulheres entre 20 e 24 anos, denunciando que quanto aos marcadores de diferença, a exemplo dos homicídios de lésbicas indígenas, há invisibilidade estatística duplamente, pois não havia dados oficiais a respeito de violências auferidas às lésbicas, nem mulheres indígenas (PERES; SOARES; DIAS, 2023).

A suprema corte brasileira equiparou a LGBTfobia ao crime de racismo em 2019, motivada pela omissão legal incumbida ao Congresso Nacional quanto a criminalização das violências auferidas às pessoas LGBT+. No entanto, perante a ausência de dados oficiais do poder público nacional, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) por meio do dossiê "Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras", expôs dados alarmantes a respeito da expectativa de vida de pessoas trans, em torno de 35 anos, enquanto a média geral nacional é de 74,9 anos. O Brasil segue liderando o ranking mundial de homicídios de pessoas trans no mundo desde 2008, de acordo com os dados levantados pela ONG Transgender Europe (TGEU) (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

O Censo de 2022 demonstra as disparidades quanto às estatísticas com o recorte de gênero no Brasil, em que as mulheres, de modo geral, têm responsabilidade quase duas vezes maior com afazeres domésticos, o que configura um limitador para o acesso ao mercado de trabalho, além de que, na análise de 2019 quanto aos rendimentos por gênero, as mulheres recebiam cerca de 3/4 dos rendimentos dos homens (IBGE, 2023). Apesar de não tocar nas questões relacionadas à orientação sexual, estes dados revelam que ainda se enfrenta as desigualdades de gênero que também perpassam grupos dissidentes de opressões sexuais. Ressalta-se, ainda, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística se preocupou apenas uma única vez, em 2019, em levantar dados acerca das

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

peçoas que constituem a sigla LGBTQIA+, por meio da Pesquisa Nacional de Saúde, o que dificulta uma análise mais aprofundada quanto a estes marcadores.

Paul B. Preciado (2022) considera que o *heterocentrismo* deve ser reconhecido como o centro da economia política vigente, o que demonstra a condução do planejamento urbano historicamente em uma aceção identitária iluminista, de acordo com o diagnóstico feito por Stuart Hall (2011) em que se planeja os espaços urbanos a partir da ideia de um sujeito homogêneo, para manutenção dos interesses do capital e do patriarcado.

A perspectiva de um urbanismo humano no campo do planejamento urbano pode conduzir esta discussão para a possibilidade de incluir as pautas dos sujeitos não heterossexuais (lésbicas, gays, bissexuais, assexuais, pansexuais), obedientes de gênero (cisgeneridade), divergentes da binaridade de gênero, que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento (transexuais, travestis e transgênero) e outras identidades oprimidas, se antecipando ao fenômeno do futuro, que está em disputa por vários atores e múltiplos interesses, buscando colocar as subjetividades em destaque através do enaltecimento da diversidade, bem como esperar a criação de outro urbanismo que atenda os sujeitos corporificados livres das peias opressivas.

Neste contexto, conforme Miraftab (2023), práticas de planejamentos insurgentes a partir da perspectiva do urbanismo humano são formas de descolonizar e repensar a crise contemporânea que afeta as pessoas de forma injusta e desigual. Portanto, é preciso investigar a natureza da realidade e da existência, numa busca ontológica, reconsiderando a teoria do planejamento urbano, o que requer reconhecer outras possibilidades além das instituídas pelo Estado e por outros poderes.

Observar as diferenças dentro do contexto da sigla LGBTQIA+ pode contribuir gerando maior visibilidade às categorias de luta. Audre Lorde (2021) pondera que as diferenças existem, se consubstanciam em relação à raça, classe, identidade de gênero, orientação sexual, regionalidade, idade (...); estas especificidades impactam em fragilidades sociais dos sujeitos, de modo que enxergá-las possibilita direcionar pautas, aprofundando problemáticas na busca por soluções viáveis no contexto de um urbanismo humano. Deste modo, os grupos que compõem a sigla LGBTQIA+ são afetados por violências em variadas dimensões, tal como a dificuldade de acesso e formação escolar da população transexual, travesti e transgênero, conforme relata Benevides e Nogueira (2021), que gera isolamento social deste grupo, repercute em maior marginalização, negativa de acesso ao mercado de trabalho, bem como consequências trágicas no contexto capitalista urbano. Tais problemáticas não alcançam na mesma proporção outros grupos concernentes à sigla e isto precisa ser evidenciado, pois estas lacunas podem ser causadas por um sistema heterocêntrico que segrega todos os grupos que não concordam com a opressão de gênero e sexual, em um só grupo, por vezes considerados como um grupo homogêneo que tem as mesmas necessidades, o que não é verdade.

Nesta dimensão, João Silvério Trevisan (2018) entende que há uma necessidade para a categorização identitária. Inclusive, na década de 1990 no Brasil, com a preponderância em torno da ideia de visibilidade, muitas pessoas que tinham atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo passaram a se autoafirmarem como homossexuais, criando uma identidade que localizava o sujeito homossexual em contraste ao sujeito heterossexual, tornando-se para o autor um instrumental linguístico.

Neste sentido, as diferenças não significam rivalidade; aprofundá-las nas reflexões de grupos tão plurais por meio de uma lógica mais solidária pode conduzir para a visibilidade de existências, assim como de experiências que historicamente foram marginalizadas, de modo a tentar descolonizar o futuro, antecipando um plano urbano que leve em consideração a corporeidade dos sujeitos, estuda suas necessidades, assim como compreende a (r)existência de sujeitos dissidentes da ordem hegemônica enquanto práticas insurgentes que inspiram a possibilidade de outro urbanismo (MIRAFTAB, 2023).

Quanto a estas práticas de insurgência na esfera do planejamento urbano, há uma busca pela inclusão dos sujeitos que é autodeterminada, ou seja, construída por eles mesmos e não por meio de representação, permitindo que os atores participem das escolhas que lhes afetam, bem como pratiquem seus direitos de forma direta (MIRAFTAB, 2023). Neste sentido, cabe aos planejadores urbanos ponderar as dimensões que atravessam os sujeitos dissidentes de orientação sexual e de gênero, tendo em vista que é no espaço que as violências são reproduzidas, mas é nele, também, que as possibilidades de transformação podem ser praticadas.

Discussão

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

A memória coletiva é fator importante na construção da memória individual, pois gera representações ou apagamentos históricos a partir de sua condução. As memórias coletivas têm íntima relação com os fatos do passado assim como também conectam o presente (HALBWACHS, 1990). São as memórias coletivas que auxiliam na continuidade das narrativas, podem facilitar a comunhão de indivíduos, mas, também, privilegiar certas memórias em detrimento de outras.

Portanto, para descrever estas cidadanias é preciso tocar na história do movimento que atualmente se denomina como LGBTQIA+, que ao longo de sua trajetória legitima a existência de seus atores, através da resistência política, auxiliando na reconstituição das memórias coletivas desses sujeitos, assim como ressignificando a identidade destes. Este movimento brasileiro passou por metamorfoses em sua trajetória histórico-política, ao final da década de 1970 e, ainda enquanto Movimento Homossexual Brasileiro, resistiu ao regime ditatorial militar assim como às tensões provocadas nos ambientes políticos das esquerdas conservadoras em torno dos debates de diversidade sexual. A articulação do movimento permitiu o reconhecimento destes atores enquanto cidadãos, mas, também, culminou em alguns processos que foram contraditórios. Apesar do estreitamento entre a participação do movimento LGBTQ+ com setores da saúde do governo brasileiro, no período da epidemia do HIV/AIDS, ter significado um momento vitorioso por admitir as demandas de lésbicas, gays, travestis, transexuais e outras identidades em esfera institucional, paralelamente, culminou em atritos internos, represálias morais, perseguição policial e outras violências institucionais (FACCHINI, 2023).

Quanto aos atritos internos do movimento, surgiram grupos que pleiteavam expressões afirmativas para os sujeitos dissidentes de orientação sexual e de gênero, tais como o Grupo SOMOS, Nós Também e Grupo G.A.L.F (grupo de auto organização lésbica feminista), que através de atos políticos organizados, intencionavam visibilizar as várias identidades atravessadas pela dissidência de orientação sexual e de gênero, abordando questões raciais, de classe e gênero, que consubstanciam as intersecções identitárias existentes no próprio movimento, assim como denunciavam centros de poder internos à comunidade, apesar de ponderarem que coletivamente ganhavam maior expressividade política (TREVISAN, 2018).

A exemplo, o movimento queer nos Estados Unidos foi criado por inquietações com o movimento homossexual que visibilizava predominantemente homens gays conservadores de classe média alta, ocasionando um verdadeiro apagamento de outras identidades dissidentes, tais como pessoas transexuais, pessoas não brancas homossexuais, mulheres lésbicas de classes sociais marginalizadas, não binários, entre outras, mais que não eram representadas por pautas homossexuais com maior aceitação social (SILVA, 2023).

Considera-se agora as concepções de sujeitos traçadas por Stuart Hall (2011) em sua discussão sobre a identidade. Este autor, primeiramente, aponta o *sujeito iluminista*, que se baseia num indivíduo centralizado, único, racional, concepção esta que reflete a interpretação do sujeito como exemplar, o homem universal que é o ponto de partida da construção de outros sujeitos, podendo ser retratado como o homem branco europeu heterossexual. Em segundo lugar, Hall descreve o *sujeito sociológico* que exprime a complexidade do mundo moderno, não é autossuficiente, muito menos autônomo em si mesmo, sendo atravessado por símbolos, valores, relações com outras pessoas, as culturas do mundo que está inserido, construindo sua identidade a partir de sua interação com a sociedade. Por fim, apresenta o *sujeito pós-moderno*, que é o resultado dos processos de fragmentação impostos pelas mudanças institucionais, portanto, não é fixo, não é permanente, mas, sim, provisório e variável. Estas concepções identitárias, segundo este autor, não são superadas com o passar do tempo, o que significa dizer que seus aspectos influenciam os sujeitos como um todo, sendo possível visualizá-las em distintas acepções sociais (HALL, 2011).

Segundo Brah (2023) a diferença precisa ser conceituada a partir da identidade que se inscrevem nas experiências culturais construídas por meio da relação social, não sendo fixa, tampouco singular, mas, isto sim, relacional e em mutação constante.

As experiências culturais dos sujeitos LGBTQIA+ são constituídas por relações sociais assimétricas, dadas em um regime imperativo socio-político-institucional que compreende as relações afetivas, sexuais, familiares, matrimoniais como heteroafetivas. Estas relações incorporam signos do patriarcalismo e do capitalismo, assim como acepções identitárias binárias, que estigmatizam a relação entre o “natural”/convencional (heteroafetivo-sexual cisgênero) e o “antinatural”/desviante (relações homoafetivas-sexuais e dissidentes de gênero) (PRECIADO, 2022). Desta forma, cria-se uma

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

identidade coletiva conjugada por uma sigla que não está imune às interferências do sujeito ideal normativo.

A atenção às diferenças no campo político é uma tarefa necessária, segundo Audre Lorde (2021), pois assim se visualiza e visibiliza vulnerabilidades que perpassam os sujeitos, possivelmente equacionando as relações dos centros de poder que suprimem identidades historicamente marginalizadas. Para Facchini (2023), há uma disputa entre os atores do movimento LGBT brasileiro, demonstrada por meio de um processo de somatização de opressões tensionando a noção de interseccionalidade. Por conseguinte, Brah (2023) argumenta que é mais interessante, em termos políticos, que a diferenciação das identidades se dê enquanto categoria analítica, não como discurso social.

As práticas da cidadania participativa são uma maneira de enfrentar o futuro, segundo a teoria do planejamento insurgente, que possibilita formas imaginativas de intervenção social, contribuindo para interpretação dos espaços urbanos plurais e não binários. Assim, a existência afirmativa dos indivíduos que conjugam a sigla LGBTQIA+, seja em espaços institucionalizados ou em espaços de socialização comum (praças, transporte público etc), configuram, também, uma forma de enfrentamento do futuro, por promover possibilidades além da ordem. Entretanto, “a natureza inovadora do capitalismo” reformula os sistemas opressivos, cabendo aos sujeitos se apropriarem da criatividade imaginativa para reinventar suas análises e não recair nesta lógica que busca inclusive invisibilizar e suprimir a diversidade (MIRAFETAB, 2023).

À vista disso, a população compreendida pela sigla LGBTQIAP+ desenvolveu ao longo dos anos estratégias de resistência próprias, abraçando a diversidade sexual e de gênero dos sujeitos em seu histórico de luta. Entretanto, é latente que planejadores urbanos se inspirem, também, em acolher tal diversidade, renegando o isolamento social de grupos que militam pela liberdade de ser e existir, considerando as especificidades identitárias como categoria de análise, já que as violências e os atravessamentos do patriarcado e do sistema capitalista afetam de formas variadas cada grupo que compõe a sigla, reinventando através do exercício analítico formas de se esquivar das opressões.

Conclusão

A sigla LGBTQIA+ abarca diferentes grupos com várias necessidades dentro de um espaço político por reconhecimento e acesso a direitos humanos fundamentais, ao passo que imergir nesta sigla possibilita reconhecer algumas destas dimensões, como um exercício de oposição ao sistema hegemônico da cis heteronormatividade que aglomera distintas subjetividades para a representação de antítese da hegemonia.

A articulação coletiva colabora com maior representatividade das pessoas que negam a norma hegemônica heterossexual e as opressões de gênero, mas vale refletir sobre a aglutinação de várias identidades distintas para promoção de direitos em comum, aqui, principalmente, o de viver sem ser discriminado, rejeitado, violentado, aniquilado, se preocupando em não colaborar com uma invisibilização problemática de certas pautas em detrimento de outras, como também acarretar em confusos entendimentos a respeito da sigla que denomina estas pessoas como sendo uma.

Ao considerar um planejamento urbano que deseja descolonizar suas teorias, há necessidade em enxergar as dinâmicas dos grupos que formam esta sigla de maneira mais aprofundada, pois como visto, estes sujeitos são atravessados por diferentes opressões, o que demanda táticas distintas no enfrentamento das violências e exclusões sociais a que são submetidos.

Deste modo, planejadores urbanos progressistas que priorizam um urbanismo humano e se preocupam com populações historicamente violentadas e invisibilizadas, como é o caso da população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queers, pansexuais e outras identidades divergentes das opressões de gênero e sexualidade, precisam exercitar a imersão na sigla LGBTQIA+, contribuindo com a construção de espaços urbanos mais plurais que enxerguem as diferenças em seu potencial transformador de realidades perversas, não temendo em revelar hierarquias, tampouco em confrontar os elitismos, as opressões, as exclusões. Para isto é preciso politizar os estudos no campo do planejamento urbano, reconhecendo os vários centros de poder para tentar subvertê-los através de ferramentas constituídas pela imaginação, pelo estímulo de outros ângulos e perspectivas.

Referências

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

BENEVIDES, G. B.; NOGUEIRA, N. B. S. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. (Orgs). São Paulo: **Expressão Popular**, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228661452_Diferenca_diversidade_diferenciacao. Acesso em: 20 maio 2023.

FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 3, n. 04, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300>. Acesso em: 20 maio 2023.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva e o espaço**. Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed.. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Informação Demográfica e Socioeconômica. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

LORDE, A. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Tradução: Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **REV.BRAS. ESTUDOS. URBANOS REG.** (Online), RECIFE, v.18, n. 3, p. 363-377, Set.-Dez. 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7620972/mod_resource/content/1/Miraftab%2C%20faranak.%20insurge%CC%82ncia%2C%20planejamento%20e%20a%20perspectiva%20de%20um%20urbanismo%20humano..pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

PERES, C.C. M.; SOARES, F. S.; DIAS, M. Clara. Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017 – Rio de Janeiro: **Livros Ilimitados**, 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SILVA, J. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. In: SILVA, Joseli Maria (org.). **Geografias subversivas**: discurso sobre espaço, gênero e sexualidade. Ponta Grossa: Toda palavra, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1343/1132>. Acesso em: 10 maio 2023.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed, rev., atual. e amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.